

CAPOEIRA, BOI-BUMBÁ E POLÍTICA NO PARÁ REPUBLICANO (1889-1906)

*Luiz Augusto Pinheiro Leal**

Quando a República foi proclamada, o Pará experimentava o auge de uma economia extrativista que se beneficiava da crescente exportação da borracha amazônica. Toda a região era o habitat natural da seringueira (*Hevea brasiliensis*), cujo leite – o látex – constituía-se de uma goma elástica que servia para a fabricação dos mais diversos artefatos (sapatos, pneus, mochilas militares, etc.). A descoberta do processo de vulcanização, associada à invenção do pneumático, tornou a borracha de suma importância para as necessidades da crescente industrialização mundial. Europa e Estados Unidos eram os principais importadores do produto, que por muito tempo desconheceu a concorrência de qualquer material similar que o pudesse substituir – foi somente a partir da primeira década do século XX que as plantações asiáticas viriam suplantar o monopólio amazônico.¹

A riqueza acumulada graças à exportação da borracha não se limitou apenas a favorecer o bem estar das elites paraenses de então. Aliada ao aumento populacional que vinha ocorrendo, tal riqueza contribuiu intensamente para a reorganização do espaço urbano, sob inspiração de valores europeus, particularmente franceses. Esse processo, en-

* Professor da Escola Superior Madre Celeste – ESMAC e membro da Associação Angoleiros da Amazônia – ANGA.

¹ Maria de Nazaré Sarges, *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*, Belém, Paka-Tatu, 2000, pp. 47-48.

tão instaurado, traduziu-se na “expulsão” das famílias pobres, que antes ocupavam áreas centrais, para pontos mais distantes.

Ladrão, Umarizal e Jurunas eram bairros periféricos ocupados principalmente pela população pobre de Belém. Seus moradores, em grande maioria negros, incomodavam as elites por causa de suas práticas culturais, que iam de encontro aos valores estéticos defendidos para uma cidade moderna. Nos discursos jornalísticos e policiais, era muito comum se confundirem “classes pobres” e “classes perigosas”.² Como conseqüência de uma definição precária, tal recurso levava as autoridades policiais a dedicarem uma maior vigilância para os bairros em que residia a população mais carente.

Como a reordenação da cidade não se restringiria a seus aspectos físicos, para alcançar o “progresso” e a “civilização”, a elite local também precisava ter controle sobre as práticas populares consideradas como perigosas e de má influência para a sociedade. Assim, através das páginas noticiosas do período, uma intensa campanha seria lançada em favor da repressão e da eliminação de práticas consideradas inadequadas a uma grande e desenvolvida *urbe* moderna. Um projeto de disciplinamento da população foi construído pelas elites, expresso principalmente pela imprensa local, e devia ser colocado em prática pelo governo. Os capoeiras e “vagabundos” seriam os alvos principais desta empreitada.

Os “bêbados de profissão” da *belle époque* paraense

Os primeiros anos republicanos se caracterizaram pela intensa campanha contra a capoeira e a vadiagem ou vagabundagem.³ Justificativas não faltaram para fundamentar a perseguição: o perigo para a ordem pública, a carência de mão-de-obra para a lavoura, o aumento da criminalidade e muitos outros argumentos de menor importância. Para os que

² Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 20-29.

³ Ao longo do século XIX, vadiagem e vagabundagem assumiram significados diferentes. O primeiro termo significava a própria ociosidade, o não-trabalho, e o segundo era utilizado como referência para qualquer atividade, apontada como ilícita, que consistisse no “vagar pelas ruas”. Apesar de constituírem termos distintos, vadiagem e vagabundagem serão utilizados aqui como expressões equivalentes, tal como apareciam através das páginas jornalísticas da época.

eram apontados como vadios o código penal republicano previa a punição com prisão por até trinta dias e a obrigação de assinar um termo que os sujeitasse a “tomar ocupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena”.⁴

Por ser a acusação de vagabundagem um instrumento de grande eficácia para a desqualificação de indivíduos e de práticas culturais, sua utilização era estendida às mais diversas circunstâncias. Contudo, a especificação que mais nos interessa neste momento é a que cita os capoeiras como vagabundos. Na linguagem dos que denunciavam a prática da capoeira em Belém, através das páginas jornalísticas e policiais, “vadiagem” e “vagabundagem” eram termos que se confundiam completamente com “capoeiragem”. E era desta forma que a prática da capoeira estava sendo denunciada, pela imprensa local, ao longo da segunda metade do século XIX e começo do XX. Uma intensa campanha pelo seu extermínio foi desencadeada nesse momento.

Precisamente em 1890, “A Semana” publicou um artigo que se expressava neste sentido, exigindo maior atuação das forças policiais:

O ilustre sr. chefe de segurança, desembargador Gomensoro, já reparou para a malta de vagabundos, que infesta a nossa capital? Depois daquele pequeno pega-pega, ainda no tempo da monarquia, ninguém quis mais reparar nos vadios, bêbados de profissão, que se reúnem pelas *tascas*, a provocar desordens e a insultar a gente séria.
Que proteção será essa? ⁵

Esta denúncia foi apresentada no mês de março, no auge da repressão aos capoeiras que se desenrolava no Rio de Janeiro. O artigo revela que os referidos “vagabundos” não conheciam limites a suas atividades e viviam impunemente a insultar os “desprotegidos” cidadãos. Observe-se que até aqui o termo “capoeira” sequer é citado. De todo modo, mais à frente o articulista aponta o que considera como o princi-

⁴ *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*, Décimo fascículo de 01 a 31 de outubro de 1890, capítulo XIII, Rio de Janeiro, Typ. da Imprensa Nacional, 1890, pp. 2734-2735.

⁵ *A Semana*, 19/03/1890, p. 2.

pal problema experimentado por Belém, mostrando, também, que tipo de vagabundos “infesta a cidade”. O que ele pretendia era que o governo estadual fizesse, em Belém, o que estava sendo feito na capital federal com grande sucesso:

Na capital federal, o governo, vendo que os *capoeiras* causavam grande dano à sociedade, tratou de perseguí-los e prendê-los. Hoje já não se encontra aí um só vagabundo, de chapéu à banda e navalha no bolso.

Por que razão não se há de fazer o mesmo com os *capoeiras* do Pará, que tem por chefe um vadio assassino, muito conhecido da polícia? ⁶

A referência à capital federal dizia respeito à grande campanha desencadeada logo após a proclamação da República, com o fim de extermiar a prática da capoeira, relativamente impune durante os tempos monárquicos.⁷ A repressão aos capoeiras cariocas era apresentada insistentemente como um modelo que deveria ser seguido pelo governo paraense. No entanto, o articulista exagerava quanto à eficácia do projeto de eliminação da capoeiragem carioca neste período. Puro jogo retórico, pois a capoeira ainda permaneceria ativa naquela cidade por muitos anos, com os “bambas”, e até mesmo dando origem ao que posteriormente ficou conhecido como “malandro”.⁸

Solicitações semelhantes em favor do aniquilamento da capoeira no Pará não eram um fato recente. Desde a primeira metade do século XIX, já eram lançadas propostas neste sentido. Em 1849, um jornal indagaria: “quem se não os tais capoeiras e peraltas têm ousado violar o asilo do cidadão?”⁹ Em “A Semana Ilustrada” de 1888, a polícia paraense era criticada por sua ineficácia frente à ação dos capoeiras.¹⁰ Através de

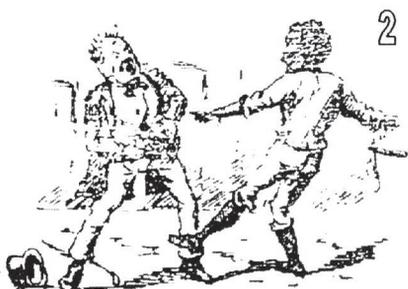
⁶ Idem.

⁷ Carlos Eugênio Líbano Soares, *A negregada instituição: os capoeiras na corte imperial, 1850-1890*, Rio de Janeiro, Access, 1999, pp. 324-340.

⁸ Luiz Sérgio Dias, *Quem tem medo da capoeira? (1890-1906)*, dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993, pp. 174-203; Maria Ângela Borges Salvadori, *Capoeiras e malandros: pedaços de uma sonora tradição popular (1890-1950)*, Campinas, UNICAMP/IFHC, 1990, v. 2.

⁹ *O Publicador Paraense*, 03/11/1849, p. 1.

¹⁰ *A Semana Ilustrada*, 06/04/1888, p. 2.



O cidadão vê-se forçado a andar armado para defender-se das cabeçadas dos capoeiras das navalhadas, que estão agora em moda,



Seqüência ilustrada sobre a ação dos capoeiras.
Fonte: *A Semana Ilustrada*, 06/04/1888.

uma seqüência ilustrada foram apresentadas as atividades comuns atribuídas a eles. Como se vê na Figura 1, cabeçadas, navalhadas, cacetadas e punhaladas seriam as principais violências praticadas contra o “pacífico cidadão”.

Nesta série, podem-se perceber algumas características raciais dos capoeiras representados. Nos dois primeiros quadros o capoeira age sozinho e é concebido como negro e escravo, pois está descalço. Nas cenas seguintes, a situação é diferente: os capoeiras são brancos (possivelmente de origem portuguesa) e, no terceiro quadro, agem em grupo. As ocorrências, pelo cenário, são todas urbanas. A representação ilustra tanto os discursos voltados para a capoeira que se está analisando, quanto para a condição racial informada em alguns documentos.

A grande diferença da campanha desencadeada nos anos seguintes à proclamação da República está no momento experimentado pela sociedade paraense, mais precisamente com a influência dos valores disciplinares (fundamentados na moralidade “civilizatória” da economia gomífera), mas também com os conflitos políticos decorrentes da ligação entre capoeiras capangas e a oposição política ao governo.¹¹ Como os capoeiras eram os que constituíam as “maltas de vagabundos”, citadas acima, restava apontar ao chefe de polícia a maneira de os encontrar. Nessa questão, o autor da denúncia demonstra ter um conhecimento bastante acurado dos pontos de encontro dos capoeiras. Era comum que os repórteres da época, quando literatura e jornalismo se confundiam, conhecessem bastante os costumes e peculiaridades das ruas.¹²

De fato, não havia dúvida sobre os lugares em que se podiam encontrar os ditos capoeiras. O articulista lança então uma proposta (que também podia ser um desafio) ao chefe de polícia:

Saia de seus cômodos, numa noite de sábado ou domingo, o sr. desembargador, e vá dar um passeio, a pé, por todo o bairro da

¹¹ Luiz Augusto Pinheiro Leal, “‘Deixai a política da capoeiragem gritar’: capoeiras e discursos de vadiagem no Pará republicano (1888-1906)”, dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2002, pp. 73-86.

¹² Raimundo de Menezes, *Aluizio Azevedo – uma vida de romance*, 2ª ed., São Paulo, Martins, 1957, pp. 172-173; Jacques Rolla (pseud. de J. E. Azevedo), *Livro de Nugas (letras e farras)*, Belém, [s.n.], 1924, pp. 26-27.



Baía do Guajará

Área central de Belém / Pontos de maior incidência de capoeiragem.
 Fonte: Planta da cidade de Belém com base na planta original feita na administração do Intendente Municipal Antônio Lemos — por José Sydrim, desenhista municipal, 1905 (Belém da saudade, 1966)

Campina. Visite o Reduto, o Ver-o-Peso, o largo de Sant'Ana, todos os *freges* que aí existem; passe depois pelas Travessas dos Mirandas e Gaivotas e dirija-se até a porta do *Circo*, à praça de Pedro II. Garantimos que o Sr. chefe há de encontrar mais de duzentos vagabundos, armados de navalhas e cacetes, d'envolta com meretrizes safadas, que com eles insultam as famílias e os pacatos cidadãos, que se recolhem aos seus domicílios. Sendo tais indivíduos prejudiciais à sociedade, para que suportá-los? Pode o cidadão laborioso estar sujeito aos tais brutais da cana-lha das ruas, vadia, imoral, traiçoeira, assassina?¹³

Nesta denúncia é apresentado um mapeamento quase completo dos principais logradouros onde os capoeiras costumavam agir. Conforme a Figura 2, o relato coincide com as localizações informadas por outras denúncias e crônicas acerca da capoeiragem paraense. Há uma grande predominância de atividades de capoeiras nas zonas portuárias (Arsenal de Marinha, Doca do Ver-o-Peso, Doca do Reduto, além dos numerosos trapiches), espaços de grande movimentação pública (Largos de Sant'Ana, da Campina, etc.) e próximos aos institutos militares ou administrativos (Quartel General, Palácio do Governo, etc.).

A escolha de certos lugares para o jogo da capoeira, possivelmente, estava vinculada à facilidade de fuga no caso de ocorrer um flagrante policial. Soares já havia notado a mesma estratégia entre os capoeiras cariocas, os quais, na primeira metade do século XIX, não dispensavam praças abertas para a execução de seus exercícios acrobáticos. Havia uma certa vantagem para se praticar a capoeira, já que qualquer lugar era propício, mas os espaços abertos favoreciam uma rápida dispersão.¹⁴ Por outro lado, a proximidade dos quartéis, arsenais e palácios também podia significar que a capoeira era uma prática comum entre militares, marinheiros e funcionários dessas repartições públicas.

A insistência em que as autoridades paraenses seguissem as medidas tomadas no Rio de Janeiro não demoraria a produzir um efeito prático. No mesmo ano, o governador Justo Chermont tomaria providências radi-

¹³ *A Semana*, 17/03/1890, p. 2.

¹⁴ Carlos Eugênio Líbano Soares, *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*, Campinas, Ed. UNICAMP, 2001, pp. 53-55.

cais visando à expulsão dos capoeiras da capital paraense. Contudo, não seria da maneira imaginada pelo denunciante citado acima. Ocorreria uma criteriosa seleção entre os capoeiras, reprimindo-se de preferência os que fossem capangas políticos da oposição. Assim, na noite de 8 de setembro de 1890, vésperas das eleições estaduais, o governo passou a executar um plano de prisão e deportação. Para o Amapá seguiram cerca de 40 pessoas, entre homens e mulheres, acusados de serem capoeiras e vagabundos.¹⁵

A deportação de capoeiras fundamentava-se em dois discursos de controle social. O primeiro dizia respeito à necessidade de repressão à “vagabundagem”, de disciplinamento das “classes perigosas” e de reorganização da mão-de-obra – particularmente para a colonização do Amapá. Quanto ao segundo discurso, argumentava-se que a repressão à capangagem política era necessária porque ela estaria ameaçando a estabilidade do novo sistema de governo. Entretanto, a deportação dos capoeiras no Pará, como no projeto carioca, visava basicamente o controle dos capoeiras de oposição. O recurso, entretanto, não funcionou devido à pouca consistência das acusações. Muitos dos “perigosos capoeiras” acabaram sendo soltos posteriormente. Por isso, como no Rio de Janeiro de 1889, onde a repressão ocorreu mais intensamente, a capoeiragem paraense não haveria de desaparecer com a campanha de 1890. Acompanhemos o processo.

Entre capangas e amos de boi

[...] Augusto Américo Santa Rosa, que exibira-se armado de grosso cacete, vibrou uma paulada no sr. Antônio Lemos. Este aparou-a no braço esquerdo e respondeu com um soco às redondas faces [...]. Voltando para ele, o nosso querido amigo e chefe [Lemos] foi traiçoeiramente atingido de lado pelo grosso cacete do bacharel Augusto, que fez-lhe um pequeno golpe no alto da testa [...]. Ao mesmo tempo, terceiro bandido, o capoeira Coutinho, deu-lhe uma cabeçada em direção ao estômago e da qual a violência foi enfraquecida pela intervenção de um cidadão a quem não conhecemos.¹⁶

¹⁵ Leal, “Deixai a política da capoeiragem gritar”, pp. 81-85.

¹⁶ *A Província do Pará*, [s.d.], apud: Octávio Meira, *A primeira República no Pará (desde o crepúsculo da Monarquia até o golpe de Estado de 1891)*, Belém, Falangola, 1981, v. 1, p. 163.

O episódio ora narrado trata de um dos muitos conflitos ocorridos entre os grupos que disputavam o poder na recém implantada República. Apesar de não ter sido possível identificar a data exata da ocorrência, ela está situada no ano de 1891. O Partido Democrata já havia sido derrotado nas eleições e um de seus dirigentes – Américo Santa Rosa – buscava vingar-se pessoalmente do proprietário de “A Província do Pará” (Antônio Lemos). Este o havia difamado, através das páginas de seu periódico, em favor do então vitorioso Partido Republicano. Note-se que a presença do capoeira Coutinho era uma “necessidade” nos confrontos entre os inimigos políticos. Era o capoeira prestando serviço como capanga.

Desde que a República foi proclamada, os membros dos antigos partidos monarquistas foram totalmente afastados do poder. Entre eles houve apenas uma exceção: Antônio José de Lemos.¹⁷ Quando o novo regime político foi implantado, Lemos acabava de ser eleito para ocupar um importante cargo administrativo, o de presidente da Câmara Municipal. Ao ver a situação política mudando de configuração, não hesitou em vestir-se de republicano. Tentou manter-se no cargo de presidente da Câmara, dando posse ao triunvirato que iria governar. Mas sua estratégia foi descoberta. Logo os republicanos perceberam a contradição de serem empossados por uma instituição monárquica e dissolveram a Câmara. Lemos não protestou.

Antônio Lemos era proprietário do melhor jornal do norte do país: “A Província do Pará”. Frente aos debates e conflitos que se seguiram entre republicanos e democratas, ele se apressou em declarar que seu jornal seria politicamente neutro. Contudo, sua “neutralidade” era totalmente simpática ao governo, pois dispunha as páginas do seu jornal para divulgar as notícias oficiais. Nunca protestava contra o novo governo

¹⁷ Uma construção criticada pela recente historiografia diz respeito à mitificação de Antônio Lemos como grande político apenas graças a seus atributos pessoais. Para C. Rocque, *Antônio Lemos e sua época: história política do Pará*, 2ª ed., Belém, CEJUP, 1996, p. 20, ele teria criado “a maior oligarquia que já houve no Pará, enfrentando os mais respeitáveis nomes do republicanismo local”. Segundo Ernesto Cruz, *História do Pará*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1963, p. 750, a hegemonia deste político por longos anos só foi possível por ele ter montado “a maior máquina eleitoral de sua época, vencendo as eleições, apontando os representantes do povo, escolhendo os governadores”. Por sua vez, Sarges, *Belém...*, pp. 93-96, critica tais perspectivas, porque estariam atribuindo valores ao indivíduo, sem considerar o contexto em que ele estava inserido.

estabelecido. Conhecia muito bem o destino que tiveram as folhas que se opuseram aos donos da situação.¹⁸

A estratégia de Lemos começou a apresentar resultados quando ele foi eleito como intendente municipal para o triênio de 1898-1900. Seria reeleito depois para os anos seguintes (1901-1903). A partir desse momento, ele conseguiu se reeleger consecutivamente para a mesma função, acumulando o cargo de senador, até 1912.¹⁹ Cabe observar que a ascensão de Lemos foi possibilitada pela ausência de Lauro Sodré, que iria se constituir em seu principal oponente político. No ano de 1898, o ex-governador Sodré (1891-1897) partira para o Rio de Janeiro, almejando, de forma mais ambiciosa, prosseguir carreira política em nível federal. Entretanto, não teve muito sucesso.²⁰

No Pará, Antônio Lemos possivelmente foi o único político de origem monarquista a ocupar um cargo tão importante na República. Com a experiência que acumulou, não hesitou em utilizar velhas estratégias, do tempo em que ainda era monarquista, para se manter no poder. A principal delas foi a violência praticada contra a oposição. Seus agentes eram nossos já conhecidos capoeiras capangas. A fama de sua brutalidade era conhecida até no Rio de Janeiro.

Em julho de 1904, por exemplo, por ocasião da visita do intendente paraense ao Rio de Janeiro, o jornal “Comércio do Brasil” publicou um soneto intitulado “O Lemos do Pará”:

Pereira estremecei! Temei ó Passos! / Vem aí o maior dos intenden-
dentes! / E se isso sabem cariocas gentes / Estais fora do lugar
com dois trompassos
Esse que vem, jamais os embaraços / Conheceu das políticas
correntes, / E no Pará até presidentes / Vivem sujeitos aos seus
rijos braços

¹⁸ A oficina tipográfica do jornal *O Democrata* sofreu um incêndio de características criminosas; o *Diário do Grão Pará* teve suas portas arrombadas e o proprietário e redator do *Diário de Notícias*, Joaquim Lúcio, foi deportado por criticar o governo. *A República*, 05/12/1890, p. 1.

¹⁹ Cruz, *História do Pará*, pp. 704-705.

²⁰ Sodré chegou a se candidatar à presidência, contra o esquema do café com leite, quando disputou contra o candidato paulista Manuel Ferraz, de Campos Sales. Bárbara Weinstein, *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*, São Paulo, HUCITEC, 1993, p. 151.

Enquanto vós aqui abris as ruas, / Pondes abaixo as ruinarias
nuas, / Encheis as valas, esgotais as sangas
Lemos... abre a cabeça aos seus contrários / Enche de pau e
mata adversário / À frente de uma malta de capangas.²¹

Pereira Passos era o intendente da capital republicana, que vinha dirigindo reformas profundas no espaço urbano do Rio de Janeiro.²² Semelhantes transformações também ocorriam na capital paraense do mesmo período. Lemos conduzia a ‘modernização’ da cidade graças aos lucros obtidos com a economia gomífera. Por outro lado, ele ficou conhecido, mesmo fora do Pará, pela truculência utilizada para se manter no cargo de dirigente municipal.

Sua prática de violência também foi registrada nas crônicas literárias que se reportam àquela época. Jurandir, em “Belém do Grão-Pará”,²³ comentou o episódio de Pé-de-Bola, que havia atirado um ovo podre em um certo juiz:

Ao que sei, o Senador nunca mandou atirar ovo choco nos magistrados. Usou o pau, o pixe nos jornalistas, o bacamarte mas ovo choco, não. Mas viva o Pé de Bola e o juiz.

Era o magistrado e o capanga que se defrontavam, dizia ela, a toga alva e o ovo choco, opostos e unidos na mesma sociedade que os gerava.

O senador era Antônio Lemos, e o caso, mais uma das “missões” ordenadas pelo intendente e que deveria ficar em sigilo. Caso o capanga fosse preso não deveria, em hipótese alguma, revelar o nome do mandante. Pé-de-Bola era um dos capangas do intendente, mas não era o único. Destacava-se, juntamente com Antônio Marcelino, por trazer em si o paradoxo da ordem e da desordem em suas atividades de capanga ligado ao poder público. Além de hábeis capoeiras, ambos eram lideranças entre os brincantes dos bois-bumbá que existiam na cidade.²⁴

²¹ *Folha do Norte*, 05/07/1904, p. 2.

²² Chalhoub, *Cidade febril*, pp. 36-59.

²³ Dalcídio Jurandir, *Belém do Grão-Pará*, São Paulo, Martins, 1960, pp. 171-172.

²⁴ O boi-bumbá é um folguedo junino, de caráter teatral e popular, cuja origem remonta à experiência da escravidão africana na Amazônia. Ver Salles, *O negro no Pará sob o regime da escravidão*, 2ª ed., Brasília, Ministério da Cultura; Belém, SECULT-PA, 1988, pp. 193-195. Uma das referências

Pé-de-Bola, o mais antigo dos dois, morava inicialmente na Cidade Velha, e era uma figura tradicional, conhecidíssima no meio popular. Lauro Palhano apresenta dados sobre o início de sua ligação com o boi-bumbá: o capoeira tinha sido convidado para organizar e dirigir o recém-fundado Boi Pingo-Prata. Os donos – pois esse era um boi coletivo, ao contrário da maioria – precisavam de alguém valente para ensaiar o boi. Valente porque os confrontos com outros bumbás não eram brincadeira. “Coube a Pé-de-Bola, moleque ágil, valente e desordeiro da Cidade Velha”, a direção do Pingo-Prata. Para alguns, ele não passava de um vagabundo que “bebia cachaça pelos botequins” e “distribuía o tempo entre o ócio lúcido e o ócio embriagado, ao léu, fugindo do pai pelas taponas e porretadas, energias inutilmente despendidas para fazê-lo trabalhar”.²⁵ Como veremos mais adiante, Pé-de-Bola não decepcionou em valentia quando seu boi precisou encontrar um rival do Jurunas.

Em outras crônicas, Pé-de-Bola é especialmente famoso por ser amo do Boi-Bumbá Pai do Campo, do bairro do Jurunas.²⁶ Na verdade, o Pai do Campo correspondeu a um outro momento da vida deste capoeira. Não encontrei nenhuma referência sobre sua mudança de bairro, mas é certo que o pai de Pé-de-Bola trabalhava no Arsenal de Marinha, fronteira entre a Cidade Velha e o Jurunas:

Ali, nenhum outro assentava arraial, porque o dono, todo o mundo sabia: era o “Pai do Campo”. Nesse bairro, os brincantes se faziam respeitar, por intermédio de “Pé de Bola”, só aparecendo os atrevidos que mandavam um emissário com o recado de que no dia tal, às tantas horas, iam lhe fazer uma visita “cordial”.²⁷

mais conhecidas sobre a existência do boi-bumbá na região situa-o na cidade de Santarém, em 1883. Sobre este episódio, há uma ilustração muito interessante publicada pelo escritor português Sanches de Frias. Nela, um cortejo de escravos atravessa a povoação de Pinhel, a vinte léguas de Santarém, levando consigo a “carcaça” de um boi, tendo uma pessoa dentro. D. C. Sanches de Frias, *Uma viagem ao Amazonas*, Lisboa, Tip. de Mattos Moreira e Cardoso, 1883, apud C. E. de Moura, *O teatro que o povo cria: cordão de pássaros, cordão de bichos, pássaros juninos do Pará: da dramaturgia ao espetáculo*, Belém, SECULT-PA, 1997, pp. 56-57.

²⁵ Lauro Palhano (pseud. de Inocêncio Campos), *O Gororoba: cenas da vida proletária*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Pongetti, 1943, pp. 58-59; 73.

²⁶ O Boi Pai do Campo teve uma vida bastante longa, pois chegou a ser filmado em 1937, pela Missão de Pesquisas Folclóricas. Moura, *O teatro que o povo cria*, p. 66.

²⁷ Carlos Victor Pereira, *Belém retrospectiva*, Belém, Falangola, 1962, p. 44.

Além de amo do Boi Pai do Campo, Pé-de-Bola também comandava o cordão carnavalesco intitulado de “Cruzador Timbira”, possível influência da presença de marujos e embarcações que habitavam o bairro.²⁸ Segundo Carlos Pereira, os cordões geralmente eram nomeados pelo título de “pretos disso”, “pretos daquilo” (“Pretos de Angola”, “Pretos de Moçambique”, “Pretos Fidalgos”, etc.), porque predominavam em suas fileiras “homens e mulheres de cor”. Mas também havia os cordões de portugueses, que geralmente lembravam embarcações (o caso do cordão de Pé-de-Bola).

O cronista comenta a impressão causada quando uma manifestação carnavalesca saía pelas ruas do Jurunas:

Das ruas e travessas compostas de verdadeiros mocambos, saiam os mais bizarros cordões carnavalescos, todos acompanhados do ritmo das orquestras de “pau-e-corda”. Nos tais cordões, havia sempre ligeiros traços de teatros, que se misturavam à cuíca e ao tamborim, entremeados com os guisos, que proporcionavam uma barulheira infernal.²⁹

Além de Pé-de-Bola, Antônio Marcelino era outro capanga de Lemos que se envolvia com práticas culturais diversas. Conforme Ribeiro, Antônio teria sido “importado” de Pernambuco com a missão de “arriar o junco ou a ‘volta’ de ferro torcido em quem, onde e quando conveniente fosse a seus importadores”.³⁰

Com ele também vieram outros capangas, rigorosamente escolhidos. A motivação seria a tensão política reinante em Belém, entre os “lemistas” e os “lauristas”:

A luta entre os dois partidos trouxe intranquilidade pública pelo advento da capangagem, importada e local, para garantia de um dos chefes do partido reinante. Começaram as celebrações de *Macaco* e *Antônio Marcelino*. Aquele, praça do Corpo de

²⁸ José Sampaio de Campos Ribeiro, *Gostosa Belém de outrora*, Belém, Editora Universitária, 1965, p. 127.

²⁹ Pereira, *Belém retrospectiva*, p. 36.

³⁰ Ribeiro, *Gostosa Belém de outrora*, p. 53.

Marinheiros Nacionais, agindo por conta própria, em constantes conflitos com a polícia, e este chefe da guarda pretoriana.³¹

A Guarda Pretoriana ou Negra, como também era conhecida, era um grupo de capangas (possivelmente capoeiras) comandado por Marcelino. Teriam sido “importados” de Pernambuco por ele mesmo. Contudo, a “melhor” contribuição de Antônio Marcelino para a capital paraense foi a sua influência no campo cultural. Trouxe consigo a experiência dos cordões “carnavalescos à pernambucana”, e, com o dinheiro obtido com seus serviços de capanga, criou diversos clubes inspirados em sua terra natal. Nesses clubes, como no boi-bumbá, o conhecimento da capoeira era fundamental:

Os “balisas” em tais grupos eram respeitados ases da capoeiragem. Um “encontro” entre eles seria empolgante contenda daqueles bailarinos da braveza se não resultasse, fatalmente, em cabeças quebradas, cortes de navalha, furadas de punhal, em que pesasse ao romântico figurino de suas roupas, dando-lhes ares de pagens medievos, inclusive com as cacheadas cabeleiras louras por cima de caras bronzeadas e mesmo negras.³²

Os “balisas” eram os capoeiras que iam à frente dos cordões para garantir a segurança dos integrantes. Campos Ribeiro informa que estes eram os mesmos componentes dos grupos de boi-bumbá por ocasião da época junina.³³

No relato apresentado, pode-se notar que, como no boi, eram os próprios brincantes do cordão, ainda fantasiados, que enfrentavam seus rivais no confronto. Havia um vínculo muito forte entre os brincantes e o folgado. Resta-nos desvendar os elementos de identidade que motivavam uma dedicação tão apaixonada entre pessoas simples (pois eram assim os participantes dos diversos bois) e um brinquedo quase totêmico.

³¹ Palhano, *O Gororoba*, p. 81.

³² Ribeiro, *Gostosa Belém de outrora*, p. 53.

³³ Idem, p. 53.

Chão dos lobos – a divisão territorial dos bumbás

Na travessa Rui Barbosa, n'um ensaio de *Bumbá*, para festa de S. João, cantavam no sábado último, às 9 horas da noite, o seguinte: Quando eu vinha da cidade. Amor chovia!

Na copa do meu chapéu. Amor chovia!

Muito depois, não chovia nem quando eles iam para a cidade nem quando vinham, nem mais nas copas dos chapéus.

Imagine o leitor o que e aonde chovia!

Talvez não saiba o caro leitor!

Pois chovia muito pau no lombo do Firmino, amo do tal *Bumbá*.

A polícia não viu chover nem pau nem amor.³⁴

O boi-bumbá do amo Firmino era um entre tantos outros grupos de bois que ensaiavam, em maio, para os festejos juninos. Seu curral se localizava no bairro do Umarizal e a transformação do lazer em conflito era uma das variantes possíveis do folguedo. Geralmente, era esta última característica que atraía a atenção da imprensa da época. Fatos como este permitiam, além da crítica à cultura popular urbana, a denúncia da inoperância policial. Era uma forma de solicitar a ação repressiva das autoridades contra este tipo de manifestação, buscando adequar o comportamento popular aos valores “civilizatórios” que então eram defendidos.

Paralelamente à permanência da capoeira na capangagem política, seu conhecimento era também indispensável na brincadeira do boi-bumbá. O enredo do boi-bumbá, quase sempre o mesmo, era ensaiado com bastante antecipação por seus brincantes,³⁵ em um terreiro apropriado, conhecido por “curral”. As apresentações eram feitas tanto no curral do boi quanto em residências particulares (a encenação poderia ser encomendada, geralmente por famílias ricas). Quando a apresentação era realizada fora do curral, todos os integrantes do boi seguiam, devidamente fantasiados, pelas ruas da cidade. Até aqui, o folguedo parece não ter nada a ver com a capoeira. Acontece que, quando dois grupos de bumbás se encontravam (geralmente oriundos de bairros diferentes) era

³⁴ *Diário de Notícias*, 23/05/1893, p. 2.

³⁵ Sobre outras peculiaridades do folguedo, ver Bruno de Menezes, *Boi-Bumbá: auto popular*, 2ª ed., Belém, Imprensa Oficial do Estado, 1972.

inevitável a demonstração de força entre eles. Havia, inclusive, um breve ritual em que o boi “invasor” pedia licença para passar. Era praxe a negação da permissão e o desafio ao rival. Após os cantos de desafio pertinentes a cada lado, um conflito físico intenso ocorria entre os integrantes de cada boi. Era comum, após estes encontros, que ficassem espalhados pela rua os paramentos das fantasias danificadas.

Nos encontros de bumbás, os menos valentes e menos hábeis se davam mal. Por isso, o conhecimento da capoeiragem era imprescindível. A crônica sobre os confrontos de bois de bairros rivais revela a prática da capoeira ligada intimamente ao boi-bumbá. Além disso, alguns dos responsáveis pelo folguedo possuíam uma ligação íntima com a capangagem – como no caso de Pé-de-Bola e Antônio Marcelino. Essa relação pode nos ajudar a compreender a relativa tolerância a uma atividade criminalizada.

Em “Chão dos lobos”, o romancista paraense Dalcídio Jurandir apresenta um capítulo totalmente voltado para o folguedo do boi-bumbá, acabando por revelar a presença da capoeiragem em seu meio. Trata-se da história do Boi Estrela Dalva, do bairro de São João do Bruno, subdivisão do Umarizal e atual Telégrafo. O período de atividade do Boi Estrela Dalva é bem posterior ao recorte temporal desta análise. Refere-se, possivelmente, aos anos seguintes a 1915. Contudo, Jurandir, ao apresentar a “genealogia” deste boi, acaba por retornar aos anos que interessam a este trabalho. O autor faz referência ao período dos grandes confrontos entre bois, quando a polícia praticou uma dura repressão contra seus integrantes, chegando a queimar seus bumbás no meio da rua.

O próprio título do romance é uma referência ao espaço “sagrado” das atividades do boi. “Chão dos lobos” significa “chão que só um Boi pisa, um só Amo canta, uma só tropa entoa, um só curral festeja”.³⁶ É o próprio território do boi. Não encontrei nenhuma referência a esta expressão em outros autores, mas a divisão territorial entre bois de bairros diferentes existia de fato. Segundo Ribeiro, os três maiores bairros de Belém daquela época, Cidade Velha, Umarizal e Jurunas, possuíam bumbás famosos, que vez por outra se confrontavam.³⁷

³⁶ Dalcídio Jurandir, *Chão dos lobos*, Rio de Janeiro, Record, 1976, pp. 207-208.

³⁷ Ribeiro, *Gostosa Belém de outrora*, p. 100.

Os conflitos entre bairros davam-se tanto por diferenças sociais como raciais. Os bairros periféricos do Jurunas e Umarizal eram os que comportavam a maioria da população pobre de Belém, de predominância negra ou cabocla.³⁸ Havia uma acentuada rivalidade entre esta população e os moradores do centro, sobretudo da Cidade Velha – onde uma boa parte dos habitantes eram comerciantes de origem portuguesa. Jaques Flores, entrevistando o preto Zé Roberto, confirma a informação:

É exato que, antigamente, quem morava no Umarizal não gostava de quem morava no centro da cidade?

“Sim, sinhô! No Umarizá era a Campina. Morava os campinêro. Na cidade, os cidadão [sic]. Eu morava na rua São Vicente, hoje Paes de Carvalho. Cidadão no Umarizá era veneno.”³⁹

O bairro do Umarizal do começo do século XX provocou impressões diferentes entre os cronistas que a ele se referiram. Para Ribeiro, que foi morador do Umarizal por vários anos, o bairro tinha um aspecto bucólico:

Tranquilo Umarizal com suas centenárias mutambeiras, seus cercados com caramanchões de onde se debruçavam recendentes jasmineiros em flor, embalsamando crepúsculos e tépidas noites! De onde vermelhas papoulas riam ao sol para quem quer que passasse nas ruas, em garridice de doídivanas janelleiras!⁴⁰

Apesar de reconhecer, em outro momento, que o Umarizal também tinha os seus “tipos extravagantes”, Ribeiro quase só via qualidades naquele bairro. Jaques Flores, no entanto, apresentava o bairro como possuidor de um ambiente propício para a violência e a criminalidade.

O Umarizal de 1900 tinha muitos quarteirões, muito mato e poucos moradores. Estava quase isolado do restante da cidade e por isso era visto com certa desconfiança por parte dos moradores do centro. O próprio Jaques, representante desses moradores, parecia temer o Umarizal. Repe-tia o senso comum de que a maioria dos moradores dali era constituída por

³⁸ Pereira, *Belém retrospectiva*, p. 35.

³⁹ Jaques Flores (pseud. de Luiz Teixeira Gomes), *Panela de barro*, 2ª ed., Belém, SECULT-PA, 1990, p. 101.

⁴⁰ Ribeiro, *Gostosa Belém de outrora*, p. 36.

indivíduos que costumavam dar trabalho à polícia. Na verdade, o cronista, como policial que era, repetia as impressões de sua corporação:

Da avenida São Jerônimo para dentro, compreendendo todas as artérias do referido distrito, o cidadão à noite, por exemplo, podia passar, mas, se levasse uma cacetada ou uma furada, não fosse se queixar à autoridade porque só o acaso seria capaz de descobrir o autor da façanha. [...] Era a época da capoeira, da serenata e do violão.⁴¹

Era costume da polícia sair de vez em quando em diligência para prevenir algum possível conflito no bairro. O motivo das investidas era, sempre, a prevenção da criminalidade.

Jurunas e Umarizal eram bairros potenciais nesse sentido. Talvez o maior indicador da periculosidade fosse a presença de capoeiras entre seus moradores. Ribeiro, morador por muito tempo do Umarizal e trabalhador do Arsenal de Marinha, cita o nome de diversos indivíduos valentes que moravam nestas duas vizinhanças:

Capoeiras de renome, conhecidos pela destreza, dí-lo a tradição oral, foram, naquele passado distante, um funcionário do Tesouro do Estado, o Teodoro “Medonho”; um pretinho operário do Arsenal de Marinha, o “Mané Baião” que, com uma semana de aprendizagem resolveu experimentar a auto-suficiência surrando seu próprio mestre; “Pé de Bola”, já citado, e seu companheiro “Norato”, que foi até “argente” de Polícia, tudo isso povo do Jurunas.

Teve-os, igualmente, e em bom número, o Umarizal. Dos bons, posto que na maioria meros “desportistas” e não profissionais da “truba”, do “esgrú” [...]

Foram assim o encadernador Pantaleão, “Panta”, primitivo dono da oficina que é hoje de Tó Teixeira. Sarado na negaça e no pé. E como ele, “Periquito”, que era fogueira marítimo; “Trincheta”, Honorato, ferreiro do Gasômetro; “Gasolina”, que chegou a ser bom goleiro e morreu tísico no “Domingos Freire”; “Benga”, barbeiro (da Pratinha), todos “balisas” de carnaval e “caboclos” de grupos joaninhos.⁴²

⁴¹ Jaques Flores, *Severa romana*, Rio de Janeiro, Conquista, 1955, pp. 16-18.

⁴² Ribeiro, *Gostosa Belém de outrora*, p. 54.

Mais uma vez fica claro que a capoeira era uma prática de trabalhadores e que a acusação de vagabundagem não fazia nenhum sentido para além da manipulação política e do projeto civilizatório da elite paraense.

Campos Ribeiro, em poucas linhas e com diversos nomes, exemplifica as conclusões mais recentes da historiografia voltada para a capoeira e o que temos discutido até aqui quanto à experiência paraense. Como foi o caso dos deportados de 1890, desde o final do século XIX, os praticantes de capoeira já pertenciam às mais diferentes categorias profissionais (funcionário público, operário do Arsenal, encadernador, fogueira, ferreiro, barbeiro, etc); possuíam “escolas” de aprendizagem (Mané Baião quis surrar o próprio mestre com apenas uma semana de aula); estavam presentes principalmente nos bairros mais populares e de concentração da população negra e cabocla (Jurunas e Umarizal); não eram exclusivamente das classes sociais menos favorecidas (Teodoro “Medonho” era funcionário do Tesouro do Estado); e até mesmo entre os responsáveis pela ordem e segurança pública (Norato, companheiro de Pé-de-Bola, era agente de polícia).

Por fim, Ribeiro conclui: “todos ‘balisas’ de carnaval e ‘caboclos’ de grupos joaninhos”. Ou seja, retornamos à presença da capoeira nos folguedos populares da virada do século XIX para o XX. Neste momento, de constantes conflitos, o conhecimento da capoeiragem tinha uma importância fundamental para os integrantes de qualquer boi-bumbá. Nas crônicas que se referem aos confrontos de grupos rivais, tais fatos marcaram toda uma época:

Tempo mesmo de Boi-Bumbá, ali da gema, contrário está me chamando, eu vou dar na boca dele, topando o contrário nos fu-zuês, pessoal afiado na capoeira e na navalha, o contrário está dizendo que esta noite tira o couro, Boi que não tinha comédia, Boi do Cazumbá, do Pai Francisco, Mana Maria, do Rebolo.⁴³

“Contrário” é uma referência ao boi rival, já que era considerada uma “profanação” a pronúncia do nome do inimigo. O tempo ao qual o

⁴³ Jurandir, *Chão dos lobos*, p. 204.

autor se refere no trecho acima se situa em torno de 1905. Neste ano, após um confronto de bois que resultou na morte de um dos brincantes, João Golemada, a polícia proibiu a saída do folguedo às ruas. Conforme registro de Ribeiro, as atividades ficaram, desde então, restritas ao seu curral.⁴⁴ Com a perda do caráter bélico das exibições em marcha do boi-bumbá, ele passaria a ser identificado também como “boi de comédia”.

O maranhense João Golemada era amo e dono do Boi Canário, do Umarizal. Possivelmente, pela posição que ocupava, era um hábil capoeira.⁴⁵ As primeiras referências à sua atuação como amo de boi constam do ano de 1897. Seu nome era certeza de diversão junina que atraía grande quantidade de público. Algumas vezes, no noticiário, o nome do amo era confundido com o do boi. Surgia então o Boi Golemada:

Ah!... Que pândega!...

A Dica Rangel foi convidada para assistir hoje, conjuntamente com a babá, a brincadeira do Boi do Golemada.

*

A Elvira, da rua da Trindade, está se preparando para sair de mãe Catarina, no Boi Golemada, visto a Altina achar-se doente de uma perna!⁴⁶

A ter a mesma função de Golemada, Jurandir apresenta o personagem Quintino Profeta, amo dedicado do Boi Estrela Dalva.⁴⁷ Tinha sido serralheiro, fogueira de gaiola (vapor) e ainda tocava rabecão nas festas para ganhar uns trocados. Gastava fortunas com seu boi. Chegou

⁴⁴ Ribeiro, *Gostosa Belém de outrora*, p. 100.

⁴⁵ Antes de a polícia proibir a saída dos bois de seus currais para os encontros de rua, João Golemada era o protetor do poeta Bruno de Menezes. Este fora criado “livre e solto, admirando os seus valentes desordeiros, os capoeiras, os manejadores de navalha, os embarcadiços”. Alonso Rocha *et al.*, *Bruno de Menezes ou a sutileza da transição: ensaios*, Belém, CEJUP/UFPA, 1994, p. 9.

⁴⁶ *O Binóculo*, 17/06/1897. Golemada também é citado em *O Binóculo* de 20/06/1897 e de 24/06/1897.

⁴⁷ Quintino Profeta é o mesmo Raimundo Antônio da Silva, entrevistado por volta de 1950 pelo folclorista Bruno de Menezes. Raimundo Silva, também conhecido como Raimundo Bicudo, nasceu em 25 de dezembro de 1883, em Belém. Ele era músico (tocava contra baixo – rabecão), serralheiro e fogueira de embarcações fluviais; morava no bairro de São João do Bruno (tv. Djalma Dutra, 359); “começou a ‘brincar de botar boi’, aos 18 anos, com o Bumbá ‘Dois de Ouro’, depois ensaiou e botou na cidade o ‘Estrela Dalva’, até quando o modificou para peça de teatro; há cerca de dez anos deixou de ‘brincar com Bumbá’”. Menezes, *Boi-Bumbá: auto popular*, p. 81.

até mesmo a empenhar sua própria casa por motivo das dívidas adquiridas. Havia sido discípulo de um antigo amo, conhecido por Rebolo,⁴⁸ morto à bala em um confronto com o boi rival.

Quintino Profeta vivia para o boi.⁴⁹ Sua história de vida se confundia com a própria trajetória do Boi Estrela Dalva:

Desde Zinho, bem Zinho, o seu Profeta brinca de Boi. Balançando no macuru já via o Boi. Gatinhava atrás do Boi, se emperreando para ficar com o maracá do índio. Sua primeira palavra: Boi! Principiou a botar Boi na rua com seus parceiros moleques, Boi-curumim [...]. Veio vindo, veio vindo, até formar o Dois de Ouro, Boi que fez tremer a terra.⁵⁰

A ênfase de Jurandir em relação à presença do boi-bumbá na vida de Quintino faz justiça à importância do folguedo para o personagem. Dois de Ouro foi seu primeiro boi-bumbá de verdade (o Boi-curumim era apenas uma brincadeira infantil improvisada). Depois viria o Boi Caprichoso e, em seguida, o Estrela Dalva, do qual trata o romance.

Com o Boi Dois de Ouro, Quintino Profeta viveu muitas experiências de conflitos. Um destes episódios de confronto de bois é citado por Ribeiro:

No São João do Bruno, um façanhudo cantador ganhara esporas de ouro com seu Bumbá “Dois de Ouro”, mais tarde chamado “Estrela Dalva”, depois que, num ruidoso e sangrento encontro com o “Pingo de Ouro”, do Umarizal (também mudado para “Veludo”), com gente no xadrez e na Santa Casa, a polícia incinera em plena rua, à frente do “Retiro dos Anjos”, ali na D. Romualdo de Seixas, os caríssimos e lantejoulados bois de ramilhetes nas aspás.⁵¹

O “façanhudo cantador” era justamente Quintino Profeta. O canto, ou toada, era de grande importância no ritual dos confrontos. Quando

⁴⁸ Que também é o nome de um dos personagens do enredo do Boi-Bumbá.

⁴⁹ Jurandir, *Chão dos lobos*, p. 205.

⁵⁰ Idem, 204.

⁵¹ Ribeiro, *Gostosa Belém de outrora*, p. 100.

os brincantes de bois rivais se encontravam frente a frente em uma mesma rua, era o cantador que dava início ao combate. Cantava versos provocativos que exaltavam seu boi e desqualificavam o oponente. Para o contato físico era um passo.

Em consequência de experiências como essa, o devotado amo do Dois de Ouro ainda passaria muitas noites no xadrez por defendê-lo. Viu o seu bumbá ser queimado duas vezes pela polícia. Na primeira resistiu bravamente para tentar manter alguma coisa intacta do boi, mas sem sucesso:

Precisou que o soldado rasgasse a sabre o veludo do Boi, derramasse querosene, que só assim o Dois de Ouro pegou fogo, virou cinza com sua tropa toda em caráter e traje dentro da cadeia e o seu povo na rua com o coração queimando, recolhendo a cinza.⁵²

Mas Quintino não enfrentava sozinho a polícia. Sua gente sempre o acompanhava e em muitos casos sofria a mesma repressão. No ano seguinte ao que foi queimado, novamente o Dois de Ouro voltou às ruas e a polícia quis botar-lhe fogo outra vez. No entanto, apesar dos esforços dos calangros,⁵³ a cabeça do boi ficou chamuscada, mas não totalmente destruída. Havia sido construída para resistir ao fogo. Mesmo bastante danificada, foi recolhida ao depósito da delegacia.

A cabeça do boi possuía um valor simbólico muito grande para os integrantes dos bumbás. Sua obtenção e preparação seguia todo um ritual. Após comprar a cabeça em algum curral, e deixá-la secar ao sol, submetiam-na a uma solução de formol,

cobriam-na de veludo preto, colocando na boca uma fita de seda, cor-de-rosa, para substituir a língua do Boi. Depois de preparada, adaptavam-na a uma carcaça adrede preparada, por marceneiro, que desenhava a conformação do ‘animal’, a fim de poder acomodar o dançarino.⁵⁴

⁵² Jurandir, *Chão dos lobos*, p. 205.

⁵³ Sinônimo para polícia, popularmente utilizado na época.

⁵⁴ Pereira, *Belém retrospectiva*, p. 43.

Quando o boi ficava pronto fazia-se uma festa para comemorar o seu “nascimento”.

No final, “faziam exercícios de manejo de facas” para se escolher quem estaria mais apto para ser “tripa” do boi.⁵⁵ Este era o dançarino que ficava dentro da carcaça do bumbá. Sua escolha não era seguida de um ritual menor:

O brincante que desempenhasse esse papel, devia ser personagem de destaque no grupo, pois essa honra não era dada a qualquer beldroegas. O aspirante ao honroso encargo de “tripa” do boi, sorteado entre a rapaziada selecionada, já se vê, deveria ser um exímio jogador de porrete, capoeirista de fama e que passasse rasteira com perfeição sem abandonar o fardo que conduzia sobre os ombros.⁵⁶

Era a violência inerente aos confrontos com outros bois que justificava a prudência da escolha. Quando a polícia recolheu a cabeça do Boi Dois de Ouro na delegacia, demonstrava ter conhecimento da importância que ela representava para os brincantes. Talvez pretendesse, com tal gesto, impedir que o brinquedo continuasse a existir no ano seguinte.

Contudo, havia estratégias para resistir aos calangros. Dois meninos se encarregaram de trazer a cabeça de volta. Aproveitando-se do sono dos guardas de plantão, entraram na delegacia e reconquistaram a cabeça do boi. O Dois de Ouro logo voltou a entrar em atividade:

Noutro ano armou outro animal, saiu com ele e sua tropa, abriu curral, na rua brincou, no arraial desfilou, dançou em sala de branco, fez a matança do Boi, varreu. Polícia só aí vendo sem piar, o seu Quintino Profeta tinha cartão de senador conseguido numa audiência.⁵⁷

O Boi-Bumbá Dois de Ouro ainda existiu por mais alguns anos. Só deixou de existir definitivamente devido à morte do velho Timbó, que era quem tirava (criava) as toadas cantadas pelos integrantes daquele

⁵⁵ Idem, p. 44.

⁵⁶ Idem, p. 43.

⁵⁷ Jurandir, *Chão dos lobos*, p. 206.

boi. O Dois de Ouro deu lugar ao Boi Caprichoso, o qual por sua vez, segundo Jurandir, posteriormente daria origem ao Boi Estrela Dalva.⁵⁸

Observe o leitor que Quintino Profeta sofreu muita perseguição policial por causa de seu primeiro boi, mas que em outro momento os calangros se limitavam a olhar para os folguedos sem reclamar. Quintino havia obtido a proteção de um senador (“dançou em sala de branco”) e seu Dois de Ouro só deixou de existir por vontade do próprio amo. Conforme apontado por Ribeiro, semelhante relação de lazer e protecionismo político ocorreu também com o capoeira capanga Antônio Marcelino.⁵⁹

Para entender melhor a importância que o conhecimento da capoeira tinha no folguedo do boi-bumbá, acompanhemos o episódio da investida do Boi Pingo-Prata, da Cidade Velha, ao bairro rival. Ao penetrar Umarizal adentro, o Boi Pingo-Prata, de Pé-de-Bola, não encontrava competidor. Mas, ao mudar certa vez sua rota em direção ao Jurunas, teve seu caminho cortado pelo famoso Boi Pontas d’Ouro.

Era um *boi pesado*, na gíria de hoje. Seus elementos eram escolhidos na flor dos jogadores de “carioca” do bairro. Boi que lhe cortasse a marcha era boi disperso.⁶⁰

Os “jogadores de carioca” eram os próprios capoeiras. Como eram os integrantes do Pingo-Prata que estavam invadindo o campo inimigo, com prudência, e conhecendo a fama do rival, fizeram os ritos para pedir passagem. Executaram “evoluções cordiais, meia-luas, saudações, mas nenhum cedia a passagem”. Por fim, o cantador do Pingo-Prata cantou uma toada não desafiadora de pedido de passagem. O boi rival respondeu provocativamente da seguinte maneira:

Dou, dou, dou, eu dou combate
Eu dou! Eu dou!
Se quizé passa pur cima
Tem dê murrê nô murão!...
Pontas d’Uro não se afasta
Nem tem medo de ferrão!⁶¹

⁵⁸ Idem, pp. 204-205.

⁵⁹ Ribeiro, *Gostosa Belém de outrora*, p. 53.

⁶⁰ Palhano, *O Gororoba*, p. 66.

⁶¹ Idem, pp. 66-67.

Pé-de-Bola logo investiu contra o oponente e a violência foi inevitável. A cavalaria interveio muito tarde. Pela rua ficaram espalhados os instrumentos e indumentárias dos brincantes. Não sabemos quem saiu vitorioso deste conflito, mas, sem dúvida, o prejuízo para ambos foi muito grande.

Não existia no início do século XX uma campanha formal contra o folguedo, tal como existia em relação à capoeira, embora nem sempre houvesse sido assim.⁶² O boi era tratado como uma diversão popular. Contudo, não era somente nos encontros que os bois proporcionavam violência. Nos currais também costumavam acontecer conflitos entre os próprios brincantes. Quando ocorriam desordens, que já eram inerentes ao festejo do boi, o articulista limitava-se a solicitar a repressão aos indivíduos envolvidos. Assim aconteceu com este caso ocorrido no Umarizal:

Pedem-nos que chamemos a atenção das autoridades para os distúrbios que quase todas as noites praticam vários indivíduos pertencentes a um cordão de *boi-bumbá*, na rua Oliveira Belo, próximo ao grupo escolar da Santa Luzia.⁶³

Esta denúncia é do mês de maio de 1905. Apesar do folguedo ser junino, seus ensaios eram feitos com antecedência, reuniam muitas pessoas no “curral” do boi e isso favorecia os conflitos. Às vezes, até os debates acalorados acerca de preferências de bois resultavam em ofensas físicas. Em julho desse mesmo ano, Manoel Mendes Ferreira estava com seus companheiros discutindo sobre bumbás. A discussão, regada a álcool, ficava cada vez mais tensa. Em dado momento, Manoel partiu para a violência: armado de um compasso, feriu um de seus companheiros e fugiu. Os outros o perseguiram armados de navalhas. No caminho,

⁶² De fato, em meados do século XIX, era solicitada a repressão contra um famoso Boi-Bumbá: “O Boi Caiado, festejado na véspera de São Pedro, à noite, por mais de trezentos moleques pretos, pardos e brancos, de todos os tamanhos, que por horas esquecidas atropelavam as pedras e o capim das ruas e praças da cidade e Campina, deu em resultado suas facadas e pauladas além de certos vivos atentatórios a moral, e a segurança pública. Oxalá que os encarregados de policiar acabem com o Boi Caiado, assim como se acabou com o Judas em Sábado de Aleluia; porque ao - ruge, ruge se formam as cascavéis” (A Voz Paraense, 03/071850, apud Salles, *O negro no Pará*, p. 193).

⁶³ *Folha do Norte*, 05/05/1905, p. 2.

pelo qual fugia, certo homem tentou pará-lo, mas recebeu um corte na perna. Manoel só foi preso mais adiante.⁶⁴

Em geral, entre o final do século XIX e começo do XX os comentários feitos na imprensa a respeito do boi-bumbá deixaram de ser de repressão. Através de suas páginas, os amos até podiam convidar o público para assistir os ensaios de seus bois. Não havia risco em se informar a localização precisa do seu curral:

Realiza-se hoje, às 8 horas da noite na casa nº 50, à avenida Conselheiro Furtado o ensaio geral do *Bumbá*, cujo boi é denominado *Rica prenda* e que há de se exibir nas noites de São João.⁶⁵

Na verdade, excluindo-se os eventuais conflitos recorrentes nos encontros de bois, para alguns articulistas o folguedo era considerado como uma prática popular salutar, um lazer que poderia ser “aproveitado” também pelos poderes públicos.

Em Irituia, interior do Pará, os dirigentes municipais financiaram um boi-bumbá para a diversão da população local. Era o mês junino de 1905. Todo o paço municipal foi ornamentado caprichosamente e por duas noites consecutivas “receberam o *bumbá* com todas as honras devidas à tradição que ele representa”.⁶⁶ Na primeira noite chovia intensamente, mas mesmo assim o prefeito não perdeu a oportunidade de fazer um discurso ao povo, afinal era a abertura de um evento popular que lhe poderia render futuros votos. Mas o prefeito não se dava por satisfeito:

Depois das evoluções habituais do boi, o prefeito, em nome do município, franqueou a caninha branca aos membros do bumbá, mas estes recusaram o oferecimento, por terem combinado não cheirar álcool durante as noites de diversão.⁶⁷

Foi considerada como exemplar a atitude dos brincantes frente à “caninha”, e por isso, todos foram premiados com muito “arroz doce em

⁶⁴ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Crime contra a pessoa, sub-série: lesão corporal – 1900, Poder Judiciário, 4ª Vara, *Processo contra Manuel Mendes Ferreira*, 05/07/1905, pp. 5-6.

⁶⁵ *Folha do Norte*, 20/06/1905, p. 2.

⁶⁶ *Folha do Norte*, 17/06/1905, p. 2.

⁶⁷ Idem.

pratos, xícaras e tigelas”. Era um novo costume que se buscava incorporar ao tradicional folguedo do boi-bumbá.

O articulista anônimo, após narrar os devaneios do prefeito e autoridades, que chegaram a “urrar” junto com o boi, revela sua impressão acerca do episódio:

Este sistema de proporcionar festas ao povo é dos mais aceitáveis, tanto ainda a vantagem de cultivar no espírito público o amor pelas tradições.

Aconselhamos o nosso intendente a imitá-lo.⁶⁸

Ao contrário dos discursos em favor do extermínio da prática da capoeira, o autor do artigo percebe a possibilidade de se manipular os significados das práticas populares. Com o tempo, os poderes públicos passariam a se relacionar com os bois de maneira diferente. Desistiriam de tentar controlá-los, restringindo-lhes aos currais ou queimando-lhes em plena rua, para instituir concursos onde as competições seriam pacíficas. Assim, juntamente com sua caracterização, os símbolos também mudariam de significado. Não haveria mais necessidade da defesa intransigente do “chão dos lobos” de cada boi. O campeão seria escolhido por concurso:

Campeão nos concursos da cidade, Estrela Dalva é rival do Pai de Campo do Jurunas, do Canário do Umarizal, este não saiu mais. Cessada a briga de capoeira e navalha, desfeita a rixa, agora os Bois se respeitam, até que se cumprimentam, trocam ofícios, usam de educação. A palavra contrário, num tom de desafio, é só pura toada, é só um garbo, tudo o mais é faceiro. Acabou a emboança, cântico de vera, que xingue, trate o rival de resto, tem mais não. Cavalaria já não vai atrás num tropel, de chanfalho em cima.⁶⁹

Este era um novo momento experimentado pelo Dois de Ouro de Quintino Profeta, por volta de 1915. Agora o boi se chamava Estrela Dalva. Sua tão cantada superioridade não se dava mais pela valentia; já não era imprescindível a presença dos capoeiras.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Jurandir, *Chão dos lobos*, p. 208.

Com o passar dos anos, a partir de meados do século XX, o boi passaria a ser “de comédia”, quase uma simples representação teatral.⁷⁰ O exemplo do Boi de Irituia, financiado pelos poderes públicos, vingou. Substituíam-se os elementos “negativos” do folguedo e, ao mesmo tempo, se agradava ao público. Era a velha política do “panis et circensis”, reelaborada em arroz doce e boi-bumbá.

Considerações finais

O vínculo da capoeira com folguedos de rua não é uma singularidade paraense. Os capoeiras, no Rio de Janeiro, sempre estavam presentes em eventos e festas públicas, do acompanhamento de bandas militares aos festejos religiosos, o que também ocorria no Pará. Contudo, seu vínculo ao boi-bumbá apresenta um caráter de distinção com relação ao restante do país, pois não há referências sobre tais ligações nos folguedos semelhantes de outras regiões. Particularmente no Rio, os capoeiras acompanhavam as bandas militares e cordões, mas não interagem com eles da mesma forma como ocorria no boi-bumbá. E em Pernambuco a consequência do acompanhamento dos capoeiras aos festejos de rua seria sua influência sobre os passos do frevo.

A capoeira era um conhecimento corporal possível de se aprender socialmente. Tratava-se de um fundamental instrumento de defesa e ataque, tanto nos confrontos de bois como a serviço da capangagem política. Desde meados do século XIX, circulando como prática cultural nos mais diversos grupos raciais, profissionais e sociais, a capoeira e o boi-bumbá foram fenômenos da cultura afro-amazônica amplamente disseminados na sociedade paraense.

⁷⁰ Moura, *O teatro que o povo cria*, pp. 55-56.